

# CRITÉRIOS PARA DEFINIR A GUERRA, O TERRORISMO E O COMBATE DE GUERRILHA COM BASE NOS CONCEITOS DE CLAUSEWITZ DA NATUREZA E DA ESSÊNCIA DA GUERRA

Vitelio Brustolin<sup>1</sup>

## RESUMO

A conceituação de terrorismo e a sua diferenciação de guerra e de guerrilha têm sido um problema para a ciência, as relações internacionais e os sistemas jurídicos há décadas. Este artigo parte do pressuposto de que, para que seja formulado o conceito de terrorismo, é necessário definir-se, ao mesmo tempo, outros fenômenos bélicos – tais como a guerrilha e a guerra – a fim de que atos ou eventos não sejam confundidos entre si. Para tanto, a metodologia aqui empregada é uma revisão dos conceitos da natureza e da essência da guerra, conforme descritos na obra de Carl von Clausewitz, *Vom Kriege* (na edição alemã de Hahlweg e na amplamente aceita e empregada tradução em inglês de Howard e Paret). Esses conceitos são analisados à luz de descobertas científicas recentes sobre o comportamento de animais sociais, com foco em seres humanos. A classificação resultante permite que eventos históricos ou contemporâneos sejam avaliados para se determinar que tipo de conflito são.

**Palavras-chave:** Definição de terrorismo. Definição de guerrilha. Definição de guerra. Carl von Clausewitz. Direito Internacional.

---

<sup>1</sup> Doutor. Harvard Law School, Estados Unidos. E-mail: info@viteliobrustolin.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6737-570X>

## 1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Não há consenso internacional para uma definição de terrorismo. De acordo com o Dicionário Merriam-Webster Collegiate, o termo “terrorismo”, cujo primeiro uso registrado data de 1795, teria o significado: “O uso sistemático do terror, especialmente como meio de coerção.”<sup>2</sup>

A etimologia combina a história e o desenvolvimento de uma forma linguística (como uma palavra), a transmissão de uma língua para outra, a análise de suas partes componentes, e a identificação de seus cognatos em outras línguas e na forma comum de uma língua ancestral. É comum que as palavras recebam significados novos e diferentes, seja pela sua aplicação em diferentes culturas, porque se originam de outros idiomas, ou porque suas formas são modificadas por vários usos. Assim, a forma linguística “terror” remonta ao século XIV, com a seguinte etimologia: inglês médio, do Anglo-Francês “*terrou*”, do Latim “*terror*”, do “*terrere*” (assustar); semelhante ao grego “*trein*” (ter medo), fugir, “*tremein*” (tremar)<sup>3</sup>. De acordo com o Dicionário Merriam-Webster’s Collegiate, este seria o significado de terror: “atos violentos ou destrutivos (como bombardeios) cometidos por grupos para intimidar uma população ou governo a conceder suas demandas.”<sup>4</sup>

Tais definições, entretanto, não esgotam a variedade de significados atribuídos ao terrorismo e ao terror, especialmente nas últimas décadas. Diante de tal variedade, a comunidade acadêmica tentou coletar, compilar e organizar a miscelânea de definições para o terrorismo. Este trabalho é relevante; como a ausência de uma definição amplamente aceita e acordada para terrorismo torna o estudo desse campo repleto de perspectivas – muitas vezes conflitantes – e diversas.

Em outras palavras, sem uma definição clara e precisa de terrorismo, torna-se impraticável estudar a história desse fenômeno, porque se não sabemos o que é terrorismo, como podemos investigar seu início? Além disso, sem uma definição de terrorismo, como podemos definir quem o pratica? Os que praticam terrorismo são combatentes, não combatentes, criminosos comuns ou ainda outra coisa?

---

<sup>2</sup> “Terrorism”, Merriam-Webster’s Collegiate Dictionary, 11th Edition (Springfield: Merriam-Webster Incorporated 2003, 21st Printing 2018), 1290.

<sup>3</sup> “Terror”, *Ibid.*, 1290.

<sup>4</sup> *Ibid.*, 1290.

Mas o problema vai além de uma mera convenção para o conceito desse fenômeno. As várias definições de terrorismo estão tão distantes uma da outra que o terrorismo tem mais de cem significados diferentes, como o demonstram Schmid e Jongman (2008).<sup>5</sup>

Da mesma forma, embora Laqueur (2004) tenha publicado vários livros sobre eventos que chama de terrorismo, ele argumenta que não é possível definir terrorismo e a tentativa nem mesmo vale a pena.<sup>6</sup>

Por outro lado, Hoffman (2006) acredita que o terrorismo tem características-chave, mas o autor não chega a uma definição para ele.<sup>7</sup>

Para Silke (2004) o problema é que não há um consenso geral para a definição de terrorismo e, embora muitas concepções universais tenham sido propostas para o fenômeno, é improvável que seja alcançado um consenso, pois é uma questão de diferentes perspectivas do mundo. Silke também aponta que um compilador energético agora coletaria pelo menos duas vezes as 109 concepções que Schmid e Jongman encontraram para terrorismo em meados da década de 1980. Esta dificuldade em conceituar o terrorismo é, para Silke, um reflexo da gravidade e importância desse fenômeno.<sup>8</sup>

Margariti (2017) explica como esse problema foi abordado: “condutas criminais relacionadas ao terrorismo são consideradas ofensas transnacionais cuja *criminalização* e acusação são apenas questões de interesse doméstico.” Por isso, ela defende uma conceituação internacional para o terrorismo “tratando-o como crime que é muito mais do que a soma de todos os atos proibidos de acordo com as convenções antiterroristas.”<sup>9</sup>

Townshend (2003), de sua parte, observa que o cerne de quase todas as definições de terrorismo – o uso de violência para fins políticos – é muito semelhante à definição de guerra de Clausewitz.<sup>10</sup>

---

<sup>5</sup> Schmid, Alex and Jongman, Albert, 3rd ed, Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, & Literature (Transaction Publishers 2008).

<sup>6</sup> Laqueur, Walter, No End to War: Terrorism in The Twenty-first Century (Continuum 2004).

<sup>7</sup> Hoffman, Bruce, Inside Terrorism. Revised & Enlarged (Columbia University Press 2006).

<sup>8</sup> Silke, Andrew, Research into Terrorism: Trends, Achievements and Failures (Routledge 2004), 3.

<sup>9</sup> Margariti, Stella, Defining International Terrorism: Between State Sovereignty and Cosmopolitanism (The Hague: TMC Asser Press 2017), 5.

<sup>10</sup> Townshend, Charles, Terrorism: A Very Short Introduction (Oxford University Press 2003), 5.

O mesmo problema se aplica ao combate de guerrilha, que sem uma definição específica pode ser confundido com terrorismo e até com a própria guerra.

Esses pontos resumem o **problem da pesquisa** deste artigo: que critérios poderiam definir o terrorismo e combate de guerrilha para diferenciar suas definições de um fenômeno semelhante que já tem definições sobre sua natureza e essência: guerra?

É óbvio que não estamos limitados a estudar somente o que tem uma definição clara e amplamente aceita. A definição de “vida,” por exemplo, permanece controversa na comunidade científica, mas isso não impede que os cientistas estudem a vida. Entretanto, os paradigmas que definem a vida são próximos uns dos outros. Há um consenso, por exemplo, de que as rochas não têm vida, enquanto as árvores são seres vivos. Portanto, mesmo que existam formas de vida habitando as rochas, elas próprias não são seres vivos. Com relação ao terrorismo, entretanto, o que se destaca é a variedade de conceitos que, devido à disparidade entre eles, dificultam o estudo desse fenômeno. Por outro lado, nada sugere que seja impossível conceituar o terrorismo ou aproximar suas várias definições umas das outras. Embora as definições existentes sobre a natureza e a essência da guerra, que é um fenômeno semelhante, possam não satisfazer à grande variedade de paradigmas relacionados à guerra, elas pelo menos os aproximam substancialmente.

## 1.1. HIPÓTESES

A primeira hipótese deste artigo, consistente com a observação de Townshend, é que, para produzir os conceitos de terrorismo e guerra de guerrilha, é necessário comparar suas características com um fenômeno semelhante que já possui definições sobre sua natureza e essência: a guerra.

A segunda hipótese é que, para definir o terrorismo, é necessário definir ao mesmo tempo outros fenômenos bélicos, como a guerra e a guerrilha, visto que há semelhanças que nos levam a confundir seus significados.

## 1.2. METODOLOGIA E RESULTADOS

“Guerra”, de acordo com a etimologia, deriva do Anglo “*werre*” e Francês “*guerre*,” ambos da origem germânica “*werra*,” que remonta ao século XII, com o seguinte significado, entre outros: “um estado de hostilidade, conflito ou antagonismo.”<sup>11</sup> Assim como em “terrorism” and “terror,” no entanto, este termo tem sido usado para um grande número de relações, que vão desde a “guerra à fome” até a “guerra contra o tabaco”, entre muitos outros, inclusive a “guerra pela paz.”

A expressão e o significado abordados neste artigo são estritamente científicos. Originados no livro de Carl von Clausewitz, “*Vom Kriege*” (1832), os conceitos tratam da natureza e essência da guerra e formam o pilar fundador dos Estudos Estratégicos.

A metodologia usada neste artigo, portanto, é uma revisão dos conceitos da natureza e essência da guerra, descritos no livro de Clausewitz, *Vom Kriege*. Esses conceitos foram analisados à luz de achados científicos que ocorreram muito depois da publicação do trabalho de Clausewitz, especialmente em relação ao comportamento de animais sociais (incluindo leões, lobos, primatas e, entre outros, os seres humanos). Essas descobertas científicas são descritas principalmente nos seguintes trabalhos:

(1) **Perspectivas arqueológicas e antropológicas:** Gat, Azar, *War in Human Civilization* (Oxford University Press 2008). Este livro apresenta evidência científica de várias fontes que discutem a origem da guerra. O autor usa arqueologia, antropologia, etnografia, demografia e biologia para responder se a guerra tem raízes na natureza humana ou se é uma invenção cultural. Os dados abrangem desde os primeiros caçadores-coletores até os terroristas contemporâneos e são úteis para avaliar os conceitos de Clausewitz sobre a natureza e a essência da guerra. Clausewitz é, inclusive, um dos autores discutidos por Gat.

(2) **Perspectivas políticas e tecnológicas:** Diamond, Jared, *Guns, Germs and Steel* (Nova Iorque: WW Norton 2017 [1999]). Este livro trata da influência do meio ambiente nas pessoas e como isso afeta a guerra entre civilizações. É um trabalho que discute a guerra, mas também considera tecnologias como escrita e armas, estruturas políticas como governos, e imunidade a microrganismos letais. Essa ampla discussão é importante para responder às perguntas apresentadas neste artigo, especialmente em relação às estruturas políticas, uma vez que Clausewitz considera a guerra

---

<sup>11</sup> “War”, Merriam-Webster’s Collegiate Dictionary, 1409.

como uma continuação das relações políticas, como será discutido nas próximas seções.

(3) **Perspectivas biológicas e comparativas:** Waal, Frans De, *Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes* (Johns Hopkins University Press 2007 [1982]). Este trabalho de zoologia é considerado um clássico moderno devido à sua relevância para a ciência. Ele lida com a estrutura de poder entre os chimpanzés. Comparar a espécie humana com outra tão intimamente relacionada geneticamente ajuda a entender a origem dos conflitos sociais. Também ajuda a entender se os seres humanos, em um estado natural, são ou não pacíficos e como os animais sociais, especialmente os macacos, se organizam em torno dos indivíduos alfa.

Para a produção deste artigo, Vom Kriege foi analisado em alemão e inglês:

- Edição alemã (que preserva o texto original do autor): Clausewitz, Carl von, *Vom Kriege*, 19a ed, (ed) Werner Hahlweg (*Hinterlassenes Werk des Generals Carl von Clausewitz. Vollständige Ausgabe im Urtext*, Troisdorf: Dümmler 1980 [1832]).

- Edição inglesa (a edição amplamente aceita e estudada, traduzida por Paret e Howard): Clausewitz, Carl von, *On War*, (eds) Michael Howard e Peter Paret (Princeton: Princeton University Press 1976 [1832]).

Como esta é uma análise da edição alemã – e porque este artigo trata de conceitos – o texto original de Clausewitz é transcrito nas notas. Além disso, para facilitar o trabalho do leitor, as notas apresentam o número do livro e os capítulos de Vom Kriege. Por exemplo, a referência [VIII, 6b: 993] refere-se ao Livro 8, Capítulo 6, Seção b, página 993, de Vom Kriege. A mesma notação é usada para a tradução em inglês, “On War.”

**Resultados:** Três categorias de conflitos são definidas neste estudo: guerra, guerrilha e terrorismo. Os critérios aqui apresentados podem ser usados para analisar eventos históricos ou contemporâneos, para determinar qual o tipo de conflito nesses casos. No final do artigo, é apresentado um exemplo da aplicação dos critérios na análise dos fatos (Seção 5, sobre o movimento dos zelotes na Judeia: 66-70 CE).

## 2. CLAUSEWITZ NÃO APRESENTA UMA DEFINIÇÃO LITERAL DE GUERRA

Clausewitz não elaborou uma definição literal de guerra. Também não era essa a sua proposta. O General Prussiano do século XIX declara, no início de *Vom Kriege*:

Não hei de começar expondo uma definição literária pedante de guerra, mas irei direto ao cerne da questão, ao duelo. A guerra não passa de um duelo em larga escala.<sup>12</sup>

O autor, portanto, expressa sua proposta de começar o livro tratando seu objeto de estudo a partir de sua “essência” e não por uma definição literal. Além disso, o nome deste capítulo na obra é “Sobre a Natureza da Guerra”.<sup>13</sup>

Apesar de Clausewitz ter mencionado que não começaria com uma “definição literária de guerra,” ele prossegue apresentando conceitos gerais sobre a natureza e essência da guerra, entre os quais: “*A guerra é, então, um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade.*”<sup>14</sup> Assim como a famosa frase: “*A guerra é apenas a continuação da política por outros meios.*”<sup>15</sup>

E já que não era uma definição de seu objeto de estudo, mas de sua natureza e do que Clausewitz considerava essencial nela, o autor afirma:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que adapta sutilmente suas características ao caso em questão. Como fenômeno total, suas tendências

<sup>12</sup> Clausewitz, Carl von, *On War*, (eds) Michael Howard and Peter Paret (Princeton: Princeton University Press 1976 [1832]), 75 [I, 1: 75]. Clausewitz, Carl von, *Vom Kriege*, 19th ed, (ed) Werner Hahlweg (*Hinterlassenes Werk des Generals Carl von Clausewitz*. Vollständige Ausgabe im Urtext, Troisdorf: Dummler 1980 [1832]), 191 [I, 1: 191]: “Wir wollen hier nicht erst in eine schwerfällige publizistische Definition des Krieges hineinsteigen, sondern uns an das Element desselben halten, an den Zweikampf. Der Krieg ist nichts als ein erweiterter Zweikampf.”

<sup>13</sup> Clausewitz, *On War*, 73 [I, 1: 73]; cf. *Vom Kriege*, 189 [I, 1: 189]: “Über die Natur des Krieges”.

<sup>14</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191-192 [I, 1: 191-192]: “Der Krieg ist also ein Akt der Gewalt, um den Gegner zur Erfüllung unseres Willens zu zwingen.”

<sup>15</sup> Clausewitz, *On War*, 87 [I, 1: 87]; cf. *Vom Kriege*, 210 [I, 1: 210]: “Der Krieg ist eine bloße Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln.”

dominantes sempre fazem da guerra uma trindade paradoxal – composta de violência primordial, ódio e inimizade, que devem ser consideradas como uma força cega natural; do jogo da sorte e da probabilidade dentro do qual o espírito criativo está livre para vagar; e de seu elemento de subordinação, como um instrumento de política, que o sujeita apenas à razão.<sup>16</sup>

De fato, Clausewitz não apresenta uma definição literal de guerra, e chega até a rejeitar essa intenção no texto que declarou ter terminado: *“Somente o primeiro capítulo do Livro Um eu considero terminado. Pelo menos servirá ao todo, indicando a direção que eu pretendia seguir por toda parte.”*<sup>17</sup>

Deve-se notar que, mesmo ao lidar com o que ele considera a essência da guerra, “duelo,” Clausewitz não quer dizer que isso é guerra, uma vez que deixa bem claro que está usando uma figura de linguagem:

Uma infinidade de duelos ocorrem durante a guerra<sup>18</sup>, mas uma imagem dela como um todo pode ser formada imaginando um par de lutadores.<sup>19</sup> Cada um tenta, pela força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade; seu objetivo imediato é derrubar seu oponente para torná-lo incapaz de mais resistência.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> Clausewitz, *On War*, 89 [I, 1: 89]; cf. *Vom Kriege*, 212-213 [I, 1: 212-213]: “Der Krieg ist also nicht nur ein wahres Chamäleon, weil er in jedem konkreten Falle seine Natur etwas ändert, sondern er ist auch seinen Gesamterscheinungen nach, in Beziehung auf die in ihm herrschenden Tendenzen eine wunderliche Dreifaltigkeit, zusammengesetzt aus der ursprünglichen Gewaltsamkeit seines Elementes, dem Haß und der Feindschaft, die wie ein blinder Naturtrieb anzusehen sind, aus dem Spiel der Wahrscheinlichkeiten und des Zufalls, die ihn zu einer freien Seelentätigkeit machen, und aus der untergeordneten Natur eines politischen Werkzeuges, wodurch er dem bloßen Verstande anheimfällt.”

<sup>17</sup> Clausewitz, *On War*, 70 (Unfinished Note, Presumably Written in 1830). Cf. *Vom Kriege*, 181: “Das erste Kapitel des ersten Buches ist das einzige, was ich als vollendet betrachte; es wird wenigstens dem Ganzen den Dienst erweisen, die Richtung anzugeben, die ich überall halten wollte.” [N.A.: Clausewitz died in 1831, before having completed the revision of *Vom Kriege*].

<sup>18</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191 [I, 1: 191]: “Wollen wir uns die Unzahl der einzelnen Zweikämpfe,” [N.A.: Here Clausewitz leaves no room for the assumption that war could be a single duel].

<sup>19</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191 [I, 1: 191]: “aus denen er besteht, als Einheit denken, so tun wir besser, uns zwei Ringende vorzustellen.” [N.A.: Here it is clear that Clausewitz is creating a figure of imagination, a mental abstraction to explain the essence of war, as stated at the beginning of the paragraph].

<sup>20</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191 [I, 1: 191]: “Jeder sucht den anderen durch physische Gewalt zur Erfüllung seines Willens zu zwingen; sein nächster Zweck ist, den Gegner niederzuwerfen und dadurch zu jedem ferneren Widerstand unfähig zu machen.”



O autor afirma que a guerra não é um único duelo, mas consiste em “uma infinidade de duelos.” Clausewitz usa uma linguagem figurada (e.g., “formada imaginando um par de lutadores”), para evocar uma imagem expositiva e fornecer uma simplificação e uma abstração. Em nenhum momento o autor afirma que esta é a própria guerra. Pelo contrário. No capítulo 2 do Livro I, Clausewitz novamente não deixa dúvidas: “O combate na guerra não é uma luta entre indivíduos. É um todo composto de muitas partes.”<sup>21</sup>

Além disso, através do capítulo 1 do Livro 1, assim como em todo o resto de *Vom Kriege*, Clausewitz não apresenta uma definição da própria guerra, mas de sua essência e natureza. Esses atributos derivam da imagem expositiva simplificada que o autor faz do duelo, que é: “A guerra é, então, um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade.”<sup>22</sup>

Além da sentença citada acima: “Vemos, portanto, que a guerra não é simplesmente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação da relação política, realizada com outros meios.”<sup>23</sup> Ou, complementarmente:

Ao contrário, afirmamos que a guerra é simplesmente uma continuação da relação política, ‘com a utilização de outros meios’ porque também queremos deixar claro que a guerra em si não suspende a relação política nem a transforma em algo completamente diferente.<sup>24</sup>

Clausewitz criou um conceito da **natureza do ato de força para a finalidade política**: “obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade”<sup>25</sup>, e um

<sup>21</sup> Clausewitz, *On War*, 95 [I, 2: 95]; cf. *Vom Kriege*, 222-223 [I, 2: 222-223]: “Der Kampf im Kriege ist nicht ein Kampf des einzelnen gegen den einzelnen, sondern ein vielfach gegliedertes Ganzes.”

<sup>22</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191-192 [I, 1: 191-192]: “Der Krieg ist also ein Akt der Gewalt, um den Gegner zur Erfüllung unseres Willens zu zwingen.”

<sup>23</sup> Clausewitz, *On War*, 87 [I, 1: 87]; cf. *Vom Kriege*, 210 [I, 1: 210]: “So sehen wir also, daß der Krieg nicht bloß ein politischer Akt, sondern ein wahres politisches Instrument ist, eine Fortsetzung des politischen Verkehrs, ein Durchführen desselben mit anderen Mitteln.”

<sup>24</sup> Clausewitz, *On War*, 605 [VIII, 6b: 605]; cf. *Vom Kriege*, 990-991 [VIII, 6b: 990-991]: “Wir behaupten dagegen, der Krieg ist nichts als eine Fortsetzung des politischen Verkehrs mit Einmischung anderer Mittel. Wir sagen mit Einmischung anderer Mittel, um damit zugleich zu behaupten, daß dieser politische Verkehr durch den Krieg selbst nicht aufhört, nicht in etwas ganz anderes verwandelt wird.”

<sup>25</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191-192 [I, 1: 191-192]: “Der Krieg ist also ein Akt der Gewalt, um den Gegner zur Erfüllung unseres Willens zu zwingen.”

conceito da **essência da guerra**: “um duelo em larga escala”<sup>26</sup>, além de um conceito geral de guerra: “a continuação da política por outros meios”<sup>27</sup>.

Assim, para que as concepções da natureza e da essência da guerra sejam totalmente compreendidas, e considerando que Clausewitz também apresenta a guerra como “um ato,” “um instrumento” e “uma continuação” da política, é necessário compreender como o autor define “política” em sua teoria.

### 3. O CONCEITO DE POLÍTICA PARA CLAUSEWITZ

A primeira definição de política apresentada em *Vom Kriege* – e a mais consistente com a visão de Clausewitz, como está no capítulo que ele expressamente declarou terminado – é esta:

Se pensarmos no **estado** como uma pessoa, e **na política como o produto de sua mente**, então, entre as contingências para as quais o **estado** deve estar preparado, há uma guerra na qual todo elemento exige que a política seja eclipsada pela violência. Somente se a política for vista não como resultante de uma justa apreciação de assuntos, mas – como é convencionalmente – afastada da violência, cautelosa, ardilosa e até desonesta, o segundo tipo de guerra poderá parecer mais ‘político’ do que o primeiro.<sup>28</sup>

No entanto, é uma definição bastante inconclusiva, na qual Clausewitz limita seu foco aos estados, não cobrindo o início das relações sociais humanas. Da mesma forma, ele considera a política sob duas perspectivas: “como o produto” de um cérebro de um estado personificado,

<sup>26</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 191 [I, 1: 191]: “Wir wollen hier nicht erst in eine schwerfällige publizistische Definition des Krieges hineinsteigen, sondern uns an das Element desselben halten, an den Zweikampf. Der Krieg ist nichts als ein erweiterter Zweikampf.”

<sup>27</sup> Clausewitz, *On War*, 87 [I, 1: 87]; cf. *Vom Kriege*, 210 [I, 1: 210]: “Der Krieg ist eine bloße Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln.”

<sup>28</sup> Clausewitz, *On War*, 88 [I, 1: 88]; cf. *Vom Kriege*, 211-212 [I, 1: 211-212]: “(...) denn betrachtet man die Politik wie die Intelligenz des personifizierten Staates, so muß unter allen Konstellationen, die ihr Kalkül aufzufassen hat, doch auch diejenige begriffen sein können, wo die Natur aller Verhältnisse einen Krieg der ersten Art bedingt. Nur insofern man unter Politik nicht eine allgemeine Einsicht, sondern den konventionellen Begriff einer der Gewalt abgewendeten, behutsamen, verschlagenen, auch unredlichen Klugheit versteht, könnte die letzte Art des Krieges ihr mehr angehören als die erstere.” [N.A.: Emphasis added].

e “não como resultado de uma justa apreciação de assuntos, mas (...) como cautelosa, ardilosa e mesmo desonesta.”

Estas não são definições conclusivas e, portanto, é necessário compará-las com outras apresentadas em *Vom Kriege*: “Política, é claro, não é nada em si; é simplesmente o administrador de todos esses interesses contra outros estados **estados**.”<sup>29</sup> Clausewitz limita novamente sua definição a estados, mas depois, no mesmo parágrafo, complementa: “Em nenhum sentido a arte da guerra poderá ser considerada como preceptora da política, e **aqui só podemos tratar a política como representativa de todos os interesses da comunidade**.”<sup>30</sup>

Portanto, temos aqui a definição de política para Clausewitz que atinge mais profundamente a história das relações sociais: “como representante de todos os interesses da comunidade”. Esta definição é corroborada por Diniz e Proença Jr. (2012).<sup>31</sup>

### 3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE GUERRA E POLÍTICA

Se a política é “representativa de todos os interesses da comunidade,” não importa se a guerra vem da cultura, como afirma Keegan (1994)<sup>32</sup>, porque essa definição de política também abrange a cultura. Da mesma forma, não é relevante, para os propósitos deste estudo, se a guerra “representa os interesses dominantes da sociedade,” como afirma Gat (2008)<sup>33</sup>, porque, embora a sociedade seja mais ampla que a comunidade, ambas são formas políticas.

Contudo, a concepção de guerra como “a continuação da política por outros meios” e a política como “representativa de todos os interesses

<sup>29</sup> Clausewitz, *On War*, 606 [VIII, 6b: 606]; cf. *Vom Kriege*, 993 [VIII, 6b: p. 993]: “(...) Politik ist ja nichts an sich, sondern ein bloßer Sachwalter aller dieser Interessen gegen andere Staaten.” [N.A.: Emphasis added].

<sup>30</sup> Clausewitz, *On War*, 607 [VIII, 6b: 607]; cf. *Vom Kriege*, 993 [VIII, 6b: 993]: “Daß sie eine falsche Richtung haben, dem Ehrgeiz, dem Privatinteresse, der Eitelkeit der Regierenden vorzugsweise dienen kann, gehört nicht hierher; denn in keinem Fall ist es die Kriegskunst, welche als ihr Präzeptor betrachtet werden kann, und wir können hier die Politik nur als Repräsentanten aller Interessen der ganzen Gesellschaft betrachten.” [N.A.: Emphasis added].

<sup>31</sup> Diniz, Eugênio and Proença Jr., *Domício, A Criterion for Settling Inconsistencies in Clausewitz's On War* (*Journal of Strategic Studies* 37:6-7, 879-902, 2012), 18-19.

<sup>32</sup> Keegan, John, *A History of Warfare* (London: Hutchinson 1993), 24.

<sup>33</sup> Gat, Azar, *War in Human Civilization* (Oxford University Press 2008), 666: “Contrária à visão idealista de Carl von Clausewitz de que a política é ‘representativa de todos os interesses da comunidade’, ela representa mesmo os interesses dominantes da sociedade, que podem ser mais ou menos inclusivos.”

da comunidade” deixa claro que a guerra não ocorre entre indivíduos. A menos que os indivíduos estejam representando os interesses de suas respectivas comunidades; assim, a guerra seria entre comunidades.

Podemos concluir, portanto, que:

(1) A guerra é um fenômeno de natureza social, uma vez que é “a continuação da política” que, na definição de Clausewitz, é “representativa de todos os interesses da comunidade;”

(2) Não pode haver guerra antes de haver comunidades (se formos ao conceito de Gat, não pode haver guerra sem sociedade);

(3) Para representar “**todos** os interesses da comunidade,” e assim caracterizar a política da qual a guerra é uma continuação, é necessário concentrar a representação da comunidade. Isto quer dizer, ou a comunidade se reúne e toma a decisão, ou é representada por um ou mais tomadores de decisão.

#### 4. CONTRIBUIÇÕES DA NATUREZA E ESSÊNCIA DA GUERRA PARA A DEFINIÇÃO DE TERRORISMO

Considerando as definições de Clausewitz sobre a natureza e a essência da guerra, como essas concepções contribuem para a definição de terrorismo, que é um dos objetos deste estudo?

De fato, o conceito da natureza da guerra como “um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade,” permite-nos derivar outros conflitos além da guerra. Em outras palavras, tomando o conceito de Clausewitz pela natureza de seu objeto de estudo, é possível aplicar sua teoria aos mais diversos fenômenos envolvendo atos de força para obrigar nossos inimigos a fazerem nossa vontade, conforme proposto por Gray (2003):

Terrorismo e conflitos civis de vários tipos são todos fenômenos de guerra. A teoria da guerra de Clausewitz se aplica a todos eles. Não são atividades de natureza tão distinta dos casos de guerra anteriores, ou outros.<sup>34</sup>

Os conflitos que envolvem “um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade” são diversos; portanto, é necessário analisar as particularidades de cada um dos conflitos possíveis. Entretanto,

---

<sup>34</sup> Gray, Colin, Clausewitz, History, and the Future Strategic World, The Strategic and Combat Studies Institute (The Occasional, n. 47, 2003), 11.

a definição generalista apresentada por Clausewitz para a natureza da guerra poderia ser usada para uma infinidade de fenômenos sem se aprofundar nas particularidades de qualquer um deles.

“Um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade”, poderia ser aplicado, por exemplo, a duas famílias rivais que disputam uma vaga de estacionamento. No entanto, o contraste é claro entre essa situação e um evento com soldados de diferentes nações se enfrentando no campo de batalha.

A definição generalista da natureza da guerra é inerentemente problemática porque, como demonstrado na parte inicial deste estudo, a comunidade científica vem procurando, há décadas, formular uma definição para o terrorismo. Até o momento, não há um conceito acordado para o fenômeno, mas sim múltiplos, como demonstram os autores citados na Introdução – apesar da compilação feita por Schmid (2011)<sup>35</sup> e Jongman (2008)<sup>36</sup>.

Da mesma forma, o conceito da essência da guerra, “um duelo em maior escala,” abrange desde duas equipes rivais em uma competição de cabo de guerra até duas forças combatentes que se destroem por ordem de seus governos.

Enquanto a teoria de Clausewitz alcança o terrorismo, suas concepções generalistas não nos permitem definir com precisão o fenômeno do terrorismo porque os critérios para circunscrever um fenômeno são perdidos quando o fenômeno é tratado com generalização. Circunscrever um fenômeno é fundamental para uma definição e uma diferenciação de outros fenômenos.

De fato, “um duelo em larga escala” e “um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade” são intrínsecos à espécie humana, como Gat (2008) o descreveu.<sup>37</sup> Isto, porém, não significa necessariamente que esses duelos e atos de força sejam sempre guerra.

Os seres humanos são políticos como parte de sua sobrevivência. Se alguém for abandonado, especialmente nos primeiros anos de vida, essa pessoa morrerá de sede, fome ou qualquer outra necessidade básica.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Schmid, Alex (ed), *The Routledge Handbook of Terrorism Research* (Routledge 2011).

<sup>36</sup> Schmid and Jongman, *Political Terrorism* (2008).

<sup>37</sup> Gat, *War in Human Civilization*, 25.

<sup>38</sup> Diamond, Jared, *Guns, Germs and Steel* (New York: WW Norton 1999), 270: “Nossos parentes mais próximos animais, os gorilas e chimpanzés e bonobos da África, também vivem em bandos. Presume-se que todos os humanos também viveram assim, até que a tecnologia aperfeiçoada para extração de alimento permitiu que alguns caçadores-coletores

Entretanto, isto não quer dizer que qualquer “continuação da política por outros meios” seja guerra.

Na conceituação geral da palavra “guerra” pode-se até incluir eventos tão variados quanto a guerra contra o tabaco ou duas famílias rivais disputando uma vaga de estacionamento. Por outro lado, quando tratamos o fenômeno da guerra cientificamente, deve haver algum critério de distinção entre esses eventos e as forças de combatentes que lutam sob as ordens de seus governos.

Nas conclusões preliminares da Seção anterior, a existência da comunidade é considerada um componente necessário para a existência da guerra, uma vez que a guerra é “a continuação da política por outros meios” e a política, para Clausewitz, é “representativa de todos os interesses da comunidade.” Poderia esse também ser um componente necessário para a existência do terrorismo? Para responder esta pergunta, será necessário analisar algumas evidências paleontológicas e biológicas da história da nossa espécie.

#### 4.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INDIVÍDUOS ALFA

A dinâmica de como a nossa espécie está organizada em sua forma social mais primitiva é extremamente relevante para este estudo. Uma exploração da origem dos fenômenos deste estudo revelará se eles podem ou não ser distinguidos de acordo com os critérios que estão sendo estabelecidos aqui.

Estudos de animais sociais têm verificado amplamente a existência de indivíduos que obrigam os outros de sua espécie a fazerem a sua vontade. Os animais sociais incluem leões, lobos, primatas e, entre outros, seres humanos<sup>39</sup>. O indivíduo de classificação mais alta é designado como o “alfa”. O que permite que o alfa obrigue os outros pode ser sua força física superior, agressão, capacidade de obter comida e esforços sociais para construir alianças<sup>40</sup> dentro do grupo, entre outros fatores.

---

se fixassem em habitações permanentes em algumas áreas ricas em recursos. O bando é a organização política, econômica e social que nós herdamos de milhões de anos de história da evolução.”

<sup>39</sup> Diamond, Guns, Germs, and Steel, 172: “Quase todas as espécies de grandes mamíferos domesticados provam ser aquelas cujos selvagens ancestrais compartilham três características sociais: vivem em rebanhos; mantêm uma hierarquia de domínio bem desenvolvida entre os membros do rebanho; e os rebanhos ocupam áreas domésticas que se sobrepõem, em vez de territórios mutuamente exclusivos.”

<sup>40</sup> Waal, Frans De, Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes (Johns Hopkins

Os indivíduos alfa têm várias vantagens sobre os outros: “Entre mamíferos e primatas sociais, uma posição mais alta no grupo proporciona uma parte melhor dos recursos comunitários, como despojos de caça e melhor acesso às fêmeas.”<sup>41</sup> As vantagens variam entre diferentes espécies: “Em algumas espécies, como babuínos e lobos, as diferenças de classificação são acentuadas, com os chamados machos alfa (e às vezes também fêmeas) colhendo a maioria das vantagens, em relação aos outros membros do grupo.”<sup>42</sup>

Este comportamento também é replicado por uma espécie muito sociável que é geneticamente próxima dos seres humanos: “Mesmo nessas espécies sociais, como os chimpanzés, onde as relações de grupo são mais igualitárias, as posições de ‘liderança’ conferem vantagens somáticas e reprodutivas consideráveis.”<sup>43</sup>

A imposição da vontade pode ser reiterada com rosnados, mordidas, perseguições e lacerações, até que o alfa seja desafiado por outro indivíduo. Então, quando o desafiador consegue obrigar o alfa a fazer a sua vontade, o desafiador assume a posição alfa.<sup>44</sup>

Entretanto, obrigar os outros a fazer a vontade do alfa nem sempre requer o uso de força física. “A rivalidade de status é aguda e não tem fim. São os fortes, ferozes, e – entre nossos primos sofisticados, os chimpanzés – também os ‘politicamente’<sup>45</sup> astutos que ganham status pelo uso real e implícito da força.”<sup>46</sup> Os seres humanos não escaparam desse padrão natural de comportamento, especialmente no que diz respeito ao aspecto “politicamente astuto.” “Mais próximo do padrão dos chimpanzés, os grupos humanos no ‘estado da natureza’ eram mais igualitários do que os de algumas espécies, mas ainda exibiam diferenças significativas de status.”<sup>47</sup> Ou seja, “diferenças de força, habilidades de caça, astúcia social

---

University Press 2007 [1982]), 81.

<sup>41</sup> Gat, *War in Human Civilization*, 87.

<sup>42</sup> *Ibid.*, 87.

<sup>43</sup> *Ibid.*, 87-88.

<sup>44</sup> Waal, *Chimpanzee Politics*, XI: “Não somos os únicos primatas a matar nossa própria espécie. Relatos de lutas territoriais letais entre comunidades de chimpanzés afetaram profundamente o debate pós guerra sobre as origens da agressão humana.”

<sup>45</sup> *Ibid.*, 22: “Quando dois macacos se confrontam agressivamente um ao outro, um deles pode segurar sua mão a um terceiro macaco. Este gesto de convite representa um papel importante na formação de alianças agressivas, ou coalizões: o instrumento político por excelência.”

<sup>46</sup> Gat, *War in Human Civilization*, 88.

<sup>47</sup> *Ibid.*, 88.

e tamanho do clã se revelaram e se acentuaram em relação direta com a abundância de recursos disponíveis.<sup>48</sup>

Deve-se destacar que, dentro de grupos, também há indivíduos que se impõem sobre os outros sem tomar o lugar do alfa. Seria possível, portanto, formar uma “classificação” da base ao topo. No entanto, a ordem de classificação (alpha, beta, theta, etc.) é irrelevante para os objetivos desta análise. O foco aqui é apenas na submissão à última instância, isto é, do alfa sobre os outros. Assim, considerando o topo da classificação, é possível constatar a existência de duas categorias:

(1) Indivíduos alfa, que obrigam os outros de seus grupos a fazerem a sua vontade;

(2) Indivíduos que são obrigados pelo alfa.

A imposição da vontade do alfa sobre os outros sempre acontece em um espaço físico<sup>49</sup>. A questão do espaço está implícita, uma vez que a própria existência de indivíduos ocorre na dimensão espacial e no tempo. Mas esta observação é pertinente, já que os alfas só podem impor sua vontade sobre outros quando eles forem capazes de:

(1) Ter controle sobre o grupo;

(2) Manter afastados os indivíduos que possam tomar sua posição alfa.

Assim, tanto em grupos de indivíduos que estão fixos em um espaço físico (à beira de um rio onde a comida chega até eles, por exemplo), como em grupos de indivíduos nômades, **o domínio do alfa sobre os outros está intrinsecamente relacionado ao espaço que ocupam**. A partir do momento em que os indivíduos se afastam o suficiente do alfa, eles não serão mais dominados por ele. Da mesma forma, indivíduos que se aproximam a ponto de invadir o espaço físico ocupado por um grupo, terão que forçar a submissão ou ser dominados pelo alfa. Assim, mesmo em grupos que não se fixam, a questão da imposição da vontade está sempre relacionada ao espaço físico. Esta informação é útil para o objetivo deste estudo porque:

(1) Os conceitos da natureza e essência da guerra também podem ser aplicados ao terrorismo (como discutido anteriormente);

(2) A guerra, por ser uma continuação da política, somente ocorre onde há uma comunidade, de acordo com o conceito de Clausewitz;

---

<sup>48</sup> Ibid., 88.

<sup>49</sup> Diamond, Guns, Germs, and Steel, 270.



(3) A representação de todos os interesses da comunidade ocorre somente pela comunidade reunida para tomar uma decisão, ou pela representação de um ou mais tomadores de decisão.

De fato, se a guerra é “a continuação da política por outros meios” e “só podemos tratar a política como representativa de todos os interesses da comunidade”, podemos concluir que:

Nem sempre é possível representar todos os interesses da comunidade, pois os indivíduos constantemente pensam de forma diferente e têm interesses variados. Portanto, para uma comunidade praticar a guerra, é necessário que a comunidade:

- (1) Seja comandada por um ou mais alfas; ou
- (2) Tome a decisão em conjunto, buscando um consenso.<sup>50</sup>

Como exposto acima, a existência de indivíduos alfa é característica de nossa espécie, então a primeira hipótese é a mais frequente.<sup>51</sup>

Do mesmo modo, sendo a guerra uma extensão da política, contra quem a comunidade lutaria?

A comunidade não lutaria contra indivíduos de dentro dela mesma. Devido a interesses conflitantes entre os indivíduos, haveria inerentemente uma falta de representação para “todos os interesses da comunidade.”

Portanto, para ser guerra, deve ser contra indivíduos que estão fora da comunidade. E vice-versa: do ponto de vista desses outros indivíduos, os mesmos princípios se aplicam, ou seja, só será guerra se for contra outra comunidade.

Então, a guerra, pelo critério dos indivíduos envolvidos, ocorre apenas entre diferentes comunidades, que são caracterizadas, precisamente, por ter outro alfa em seu comando, no espaço físico ocupado pelas comunidades.

Mas também poderia acontecer que uma comunidade se dividisse em duas. Nesse caso, os mesmos princípios novamente se aplicariam: cada um teria seu comando específico e seria mais forte ou mais fraco em determinado espaço físico ocupado. Assim, uma guerra entre ambos poderia ser caracterizada.

Como observamos acima, o que caracteriza a fronteira entre um alfa e outro é o espaço físico que supre os recursos para a comunidade. Sendo assim, os indivíduos alfa têm o comando de última instância na

---

<sup>50</sup> Rousseau, Jean-Jacques, *The Social Contract & Discourses* (CreateSpace 2018 [1762]), 29.

<sup>51</sup> Gat, *War in Human Civilization*, 87-88.

classificação de sua comunidade, sobre um espaço físico e durante o tempo em que eles se perpetuam no comando. Um alfa suficientemente poderoso poderia comandar sobre todo o espaço físico existente.

## 4.2. CONSIDERAÇÕES E CONVENÇÕES

Com as concepções de Clausewitz sobre a natureza e a essência da guerra, uma consideração de sua definição de guerra como uma continuação da política, e um entendimento da dinâmica de nossa espécie, é possível produzir uma definição da guerra em si, que então pode ser diferenciada de uma definição de terrorismo. Para isso, no entanto, é importante que as convenções propostas aqui sejam listadas:

“Força,” para Clausewitz, é a *“força física, pois a força moral não tem existência, salvo como expressa no estado e na lei.”*<sup>52</sup> Conceitualmente, o “ato de força” ocorre ao obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade<sup>53</sup>.

A observação do alfa revela seu domínio sobre o grupo. No caso da existência de grupos comandados não por um alfa, mas por todos os indivíduos, o comando implica a habilidade do comandante de convencer ou forçar seus oponentes a se submeterem à sua vontade dentro do grupo e a seguirem uma única política, formando um único comando que representa “todos os interesses da comunidade”.

O comando é, portanto: A submissão consensual ou forçada da vontade de outros.

Última instância: O comando, exercido pelo alfa ou pela coletividade, está no nível mais elevado do grupo e é exercido ao longo do espaço físico que o grupo domina.

Agentes: A guerra é praticada pela comunidade, incluindo os indivíduos que a formam<sup>54</sup> – até, se necessário, os menos capazes.<sup>55</sup> Ou

<sup>52</sup> Clausewitz, *On War*, 75 [I, 1: 75]; cf. *Vom Kriege*, 192 [I, 1: 192]: “Gewalt, d. h. die physische Gewalt (denn eine moralische gibt es außer dem Begriffe des Staates und Gesetzes nicht).”

<sup>53</sup> A definição Clausewitziana, notadamente, não despreza os cyber-attacks, uma vez que eles se materializam em danos físicos, como o fechamento de hospitais, bancos, ou mesmo infraestrutura militar de territórios.

<sup>54</sup> Clausewitz, *On War*, 95 [I, 2: 95]: **“Tudo que ocorre na guerra resulta da existência de forças armadas; mas sempre que as forças armadas, isto é, indivíduos armados, são usados, a ideia de combate tem que estar presente.”** Cf. *Vom Kriege*, 222 [I, 2: 222]: “Alles, was im Kriege geschieht, geschieht durch Streitkräfte; wo aber Streitkräfte, das ist bewaffnete Menschen angewendet werden, da muß notwendig die Vorstellung des Kampfes zum Grunde liegen.” [N.A.: Emphasis added].

<sup>55</sup> Clausewitz, *On War*, 586 [VIII, 3b: 586]; cf. *Vom Kriege*, 962 [VIII, 3b: 962].

seja, entre os seres humanos, para preservar sua própria sobrevivência, homens, mulheres e crianças capazes de agir são agentes.<sup>56</sup>

Como observamos anteriormente, uma comunidade só pode ter **guerra**<sup>57</sup> contra outra comunidade – caracterizada por ter outro alfa ou coletividade em seu comando.<sup>58</sup>

Portanto, considerando os elementos acima e seguindo o conceito de Clausewitz da **natureza da guerra**, temos condições de formular uma primeira definição de guerra em si:

**Guerra** é um ato de força – de indivíduos que agem sob um comando de última instância em um espaço físico, contra indivíduos que agem sob outro comando de última instância em um espaço físico – para obrigar um comando à vontade do outro.

Clausewitz não apresenta uma definição literal de guerra, mas trabalha com dados, citações e exemplos estritamente delineados de acordo com a definição acima proposta. Portanto, esta definição é um resultado direto das concepções da natureza, da essência e do aspecto político da guerra que Clausewitz apresenta em sua obra.

Esta definição será desenvolvida e simplificada nas seções a seguir, após uma discussão necessária sobre comandos, governos e estados.

### 4.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE COMANDOS, GOVERNOS E ESTADOS

Toda a teoria da condução da guerra que Clausewitz apresenta em *Vom Kriege* é construída sobre forças combatentes estatais e governamentais. Através de sua obra, Clausewitz aborda a condução da guerra de exércitos de governos e estados contra exércitos de governos e estados.

As únicas ocasiões em que o autor analisa uma estrutura diferente dos exércitos são aquelas nas quais ele se refere ao uso do povo pelos

---

<sup>56</sup> Além disso, os agentes incluem quaisquer extensões de seres e de suas vontades, como as máquinas, por exemplo.

<sup>57</sup> Isto não significa que outros tipos de conflitos sem ser a guerra não possam envolver a comunidade; pelo contrário, como veremos abaixo.

<sup>58</sup> Ato de força praticados contra outras espécies de seres vivos ou coisas no espaço físico de um comando de última instância são na verdade ataques contra o próprio comando. Outras espécies de seres vivos incluem animais e plantas. Coisas também incluem o universo virtual que, em última análise, é baseado em dispositivos que existem em um espaço físico.

exércitos<sup>59</sup>, quando ele usa a expressão “forças armadas”<sup>60</sup> ou quando ele critica o uso do termo exército para pouco mais do que “um bando de partidários”:

Por outro lado, seria puro pedantismo reivindicar o termo ‘exército’ para cada bando de partidários que opera por conta própria em uma parte remota do país. Mesmo assim, temos que admitir que ninguém acha estranho falar do ‘exército’ da Vendaia durante as Guerras Revolucionárias Francesas, embora isso fosse com frequência pouco mais do que um bando de partidários.<sup>61</sup>

Clausewitz deixa claro nessa passagem que ele distingue o fenômeno bélico entre soldados e partidários.

Além disso, quando Clausewitz produz uma revisão histórica do fenômeno bélico, iniciando a revisão com as hordas de tártaros, ele afirma que:

As hordas de tártaros procuraram por novas terras. Seguindo em frente como uma nação, com mulheres e crianças, eles eram mais numerosos que qualquer outro exército. Seu alvo era subjugar seus inimigos ou expulsá-los. Se um alto grau de civilização pudesse ter sido combinado com esses métodos, eles teriam levado tudo à sua frente.<sup>62</sup>

O autor, assim, estende tacitamente a análise da conduta da guerra aos combatentes apátridas.

A progressão dessa revisão histórica transcende as repúblicas da antiguidade, os senhores feudais, as cidades comerciais da idade média

<sup>59</sup> Clausewitz, *On War*, 479-483 [VI, 26: 479-483]; cf. *Vom Kriege*, 799-806 [VI, 26: 799-806].

<sup>60</sup> Clausewitz, *On War*, 128 [II, 1: 128]; cf. *Vom Kriege*, 271 [II, 1: 271]: “Streitkräfte”.

<sup>61</sup> Clausewitz, *On War*, 281 [V, 2: 281]; cf. *Vom Kriege*, 501 [V, 2: 501]: “Auf der anderen Seite wäre es zwar pedantisch, für jeden Parteigänger, der in einer entfernten Provinz unabhängig haust, den Namen einer Armee in Anspruch zu nehmen, doch kann man nicht unbemerkt lassen, daß es niemand auffällt, wenn von der Armee der Vendéer im Revolutionskriege die Rede ist, wiewohl sie oft nicht viel stärker war.”

<sup>62</sup> Clausewitz, *On War*, 586 [VIII, 3b: 586]; cf. *Vom Kriege*, 962 [VIII, 3b: 962]: “Die Tatarenschwärme suchen neue Wohnsitze. Sie ziehen mit dem ganzen Volke aus, mit Weib und Kind, sie sind also zahlreich wie verhältnismäßig kein anderes Heer, und ihr Ziel ist Unterwerfung oder Vertreibung des Gegners. Sie würden mit diesen Mitteln bald alles vor sich niederwerfen, ließe sich damit ein hoher Kulturzustand vereinigen.”

e os reis do século XVIII.<sup>63</sup> Clausewitz assim acrescenta a seus grupos de análise tão heterogêneos que, se não por terem comando (albeit in different forms), eles têm pouca semelhança entre si. Em sua análise, Clausewitz também inclui implicitamente a menção “as pessoas em armas”<sup>64</sup> e expressamente no exemplo dos tártaros, mulheres e crianças na guerra, demonstrando que todos os combatentes são indivíduos que estão agindo.

É claro, portanto, que em *Vom Kriege*, Clausewitz discute e demonstra em seus exemplos que a guerra é um ato de força – de indivíduos que estão agindo sob um comando de última instância em um espaço físico, contra inimigos que estão agindo sob outro comando de última instância em um espaço físico – para forçar um comando à vontade de outro.

Além disso, Clausewitz diferencia expressamente exércitos, milícias e grupos de civis armados.<sup>65</sup> Esta diferenciação será o ponto de início para a próxima Seção.

#### 4.4. DIFERENCIAÇÃO ENTRE GUERRA, TERRORISMO E COMBATE DE GUERRILHA

O que então diferencia a guerra do terrorismo – e ainda, uma vez que esse elemento já foi mencionado – do combate de guerrilha?

Vamos voltar à definição de guerra:

A guerra é um ato de força – de indivíduos que agem sob um comando de última instância em um espaço físico, contra indivíduos que agem sob outro comando de última instância em um espaço físico – para obrigar um comando à vontade de outro.

Vimos que tanto a natureza quanto a essência da guerra se aplicam não apenas ao terrorismo, mas também a uma infinidade de relações humanas.

Um aspecto da guerra, porém, não é necessariamente uma característica do terrorismo e do combate de guerrilha:

A guerra é uma continuação da política (representando todos os interesses da comunidade) por outros meios.

63 Clausewitz, *On War*, 586-594 [VIII, 3: 586-594]; cf. *Vom Kriege*, 962-974 [VIII, 3: 962-974].

64 Clausewitz, *On War*, 128 [VI, 26: 479]; cf. *Vom Kriege*, 799 [VI, 26: 799]: “*Volksbewaffnung*”.

65 Clausewitz, *On War*, 479-483 [VI, 26: 479-483]; cf. *Vom Kriege*, 799-806 [VI, 26: 799-806].

O terrorismo e o combate de guerrilha, por outro lado, não são necessariamente representações de todos os interesses da comunidade. Além disso, o terrorismo e o combate de guerrilha não são necessariamente uma continuação da política por outros meios.

A guerra só pode ser praticada por um comando de última instância em um espaço físico.

O terrorismo e o combate de guerrilha, por outro lado, podem ser praticados por qualquer indivíduo.

O primeiro objetivo da guerra é obrigar um comando de última instância em um espaço físico, para servir aos objetivos da política.

O primeiro objetivo do terrorismo e do combate de guerrilha também são de obrigar um comando de última instância em um espaço físico (à vontade dos que praticam estes atos).

A guerra só pode ser praticada contra outro comando de última instância em um espaço físico.

E o terrorismo e o combate de guerrilha, contra quem eles podem ser praticados? De fato, neste ponto, existem dois casos possíveis que tornam relevante a discussão sobre o que diferencia o terrorismo do combate de guerrilha:

(1) O ato de força praticado contra indivíduos que *não estão* agindo sob um comando de última instância sobre um espaço físico;

(2) O ato de força contra indivíduos que *estão* agindo sob um comando de última instância sobre um espaço físico.

Isto exposto, como podemos expressar as definições de combate de guerrilha e terrorismo? Vejamos:

A guerra é um ato de força – **de indivíduos que *estão* agindo sob um comando de última instância** em um espaço físico, contra indivíduos que estão agindo sob outro comando de última instância em um espaço físico – para obrigar um comando à vontade do outro.

Por sua vez,

O combate de guerrilha é um ato de força – **de indivíduos que *não estão* agindo sob um comando de última instância** em um espaço físico, contra indivíduos que estão agindo sob um comando de última instância em um espaço físico – para obrigar um comando à vontade daqueles que praticam esse ato.

Portanto,

O terrorismo é um ato de força – **de indivíduos que *não estão* agindo sob um comando de última instância** em um espaço físico, contra

**indivíduos que não estão agindo sob um comando de última instância** em um espaço físico – para obrigar um comando à vontade daqueles que praticam esse ato.

Sistematizando os critérios lógicos propostos, é possível ver com mais clareza as diferenças entre esses três tipos de conflitos (Tabela 1).

**Tabela 1. Tipo de Conflito quando não há Governos Sobre Territórios**

Individuals in relation to a command of last instance in a physical space	Against...	Individuals in relation to a command of last instance in a physical space	With the Intention or Result...	To compel a command of last instance in a physical space?	Type of conflict:
+	↔	+	→	Yes	War
-		+		Yes	Guerrilla Warfare
-		-		Yes	Terrorism

+ = Indivíduos que estão agindo sob um comando de última instância em um espaço físico;  
 - = Indivíduos que não estão agindo sob um comando de última instância em um espaço físico.

Para aplicar os critérios aqui descritos na análise de situações concretas, o conceito de comando de última instância em um espaço físico precisa ser mais aprofundado.

Em um lugar governado por um rei totalitário, por exemplo, o habitante em sua casa própria tem o comando sobre ela, assim como sobre o terreno onde a casa foi construída, até os limites físicos pré-estabelecidos do terreno. Este comando, entretanto, não é de última instância. Como o rei tem soberania sobre todo o território, ele pode, se desejar, usar (ou mesmo destruir) a casa e o terreno desse habitante.

Embora a divisão de poderes entre executivo, legislativo e judiciário – criada por Montesquieu (1748)<sup>66</sup> e adaptada de diferentes maneiras por vários governos ao redor do mundo nos últimos séculos – complique o exemplo acima, o mesmo princípio é mantido. Um indivíduo tem o comando sobre a sua própria causa e terra, mas acima da vontade do indivíduo há o estado, com seus representantes e instrumentos para obrigar o indivíduo à vontade do governo.<sup>67</sup>

<sup>66</sup> Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, *The Spirit of the Laws* (Palala Press 2015 [1748]), 64.

<sup>67</sup> Hobbes, Thomas, *Leviathan*, (London: Wordsworth Classics of World Literature 2014 [1651]), 134.

Não importa se outro governo (portanto, outro comando de última instância) tem a possibilidade de forçar a submissão do rei totalitário, no exemplo anterior. É necessário que exista a submissão à vontade do comando a ser tomado. O tipo de ato de força que irá obrigar o comando também não é o foco aqui, portanto o comando pode ser tomado ou dado, com ou sem resistência.

Em vista disso, um exemplo da aplicação das definições de terrorismo e combate de guerrilha em um caso concreto será apresentado na Seção “Aplicação de critérios na análise de fatos”, após uma discussão sobre a possível simplificação desses conceitos.

#### 4.5. POSSÍVEL SIMPLIFICAÇÃO DE CONCEITOS

Os critérios acima estão sendo propostos para cobrir a trajetória humana tão primordialmente quanto possível. Portanto, os critérios abrangem o período anterior aos conceitos de “governo” e “território”. No entanto, é possível simplificar os conceitos apresentados e facilitar sua aplicação prática, como a seguir:

(1) Quando há “território”, o “espaço físico” pode ser referido como tal;

(2) Quando há “governo”, o “comando de última instância em um espaço físico” pode ser referido como tal;

(3) Indivíduos que agem sob um comando de última instância em um espaço físico podem ser referidos como “agentes” (seguindo os critérios discutidos na Seção “Considerações e convenções” deste artigo para o conceito de agentes). Além disso, a expressão “agentes” é apresentada aqui no plural para facilitar a conceituação. É possível um único agente cometer (ou se tornar uma vítima) os atos aqui descritos.<sup>68</sup>

Os critérios sistematizados com os conceitos de agentes, governo e território estão disponíveis na Tabela 2.

---

<sup>68</sup> Como observado na Seção “Considerações sobre guerra e política”: “Entretanto, o conceito de guerra como ‘a continuação da política por outros meios’ e política como ‘representativa de todos os interesses da comunidade’ deixa claro que a guerra não ocorre somente entre dois indivíduos. A não ser que eles estejam representando os interesses de suas comunidades, e neste caso, a guerra seria entre comunidades.”



**Tabela 2: Tipo de Conflito quando há Governos Sobre Territórios**

Agent <i>G = Governmental</i> <i>N = Non-governmental</i>	Agent <i>G = Governmental</i> <i>N = Non-governmental</i>	To compel a government?	Type of conflict:
G	G	Yes	War
N	G	Yes	Guerrilla Warfare
N	N	Yes	Terrorism

Estas são as definições simplificadas:

- Guerra: Um ato de força de agentes governamentais contra agentes governamentais, para obrigar um governo à vontade de outro.
- Combate de Guerrilha: Um ato de força de agentes não governamentais contra agentes governamentais, para obrigar um governo à vontade daqueles que praticam este ato.
- Terrorismo: é um ato de força de agentes não governamentais contra agentes não governamentais, para obrigar um governo à vontade daqueles que praticam este ato.

Como anteriormente mencionado, um exemplo da aplicação das definições de terrorismo e de combate de guerrilha em uma situação concreta será apresentado abaixo.

## 5. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS NA ANÁLISE DOS FATOS

**66-70 CE:** O movimento dos zelotes (Sicarii) gerou insurreição em massa na Judeia, que na época havia sido transformada em uma província de Roma. A piora da situação levou à destruição de grande parte de Jerusalém e do Segundo Templo pelos romanos, além do suicídio generalizado dos zelotes sitiados na fortaleza de Massada.<sup>69</sup>

O evento acima é comumente descrito como o primeiro caso de terrorismo da história.<sup>70</sup> Os zelotes eram agentes não governamentais. Era um grupo religioso que, no caso em questão, se opunha à ocupação

<sup>69</sup> Anderson, Sean and Sloan, Stephen, 3rd ed, Historical Dictionary of Terrorism (Scarecrow Press 2009), XXIX.

<sup>70</sup> Laqueur, Walter, A History of Terrorism: Expanded Edition (New Brunswick: Transaction 2016), 5.

romana.<sup>71</sup> Os zelotes também eram conhecidos como “Sicarii”, por causa do punhal que carregavam escondido para atacar os oponentes.

Chaliand e Blin (2007) acreditavam que os zelotes adotaram técnicas de terrorismo ao longo das décadas em que permaneceram ativos. Entretanto, estes autores também acreditam que os zelotes provavelmente se envolveram em combates de guerrilha, incluindo lutas urbanas e usando “terror psicológico.” Um exemplo disso seria cortar o pescoço das vítimas com punhais em locais públicos, como mercados.<sup>72</sup> Não está claro se esse terror – que se destaca entre os critérios dos autores e de outros para classificar os zelotes como terroristas – poderia ser estendido a qualquer pessoa ou apenas a agentes governamentais.

Esta distinção é certamente crucial. Em primeiro lugar, por causa dos critérios propostos neste artigo. Em segundo lugar, porque atos de força que afetam apenas agentes governamentais (portanto, sem envolver pessoas que não estão a serviço do governo), desqualificam as ações dos zelotes como terrorismo em qualquer análise mais precisa.

De fato, ao atacar soldados romanos e outros agentes governamentais e outros agentes governamentais romanos (como funcionários públicos e políticos, por exemplo), os zelotes tinham a intenção de obrigar o governo de Roma à sua própria vontade. Isso os desqualifica de serem criminosos comuns. No entanto, eles praticaram:

*Atos de força de agentes não governamentais contra agentes governamentais, para obrigar um governo à vontade daqueles que praticam estes atos.*

Os zelotes eram, portanto, guerrilheiros.

Entretanto, é possível que os zelotes também tenham cometido atos de força contra agentes não governamentais? Vamos ver:

Flavius Josephus tem pouco a dizer sobre as táticas dos zelotes, preferindo insistir em detalhes na organização do exército romano armado contra eles. No entanto, parece que a estratégia deles era relativamente complexa. No ano 66, por exemplo, os zelotes assassinaram várias figuras políticas e religiosas. Eles também atacaram prédios usados para armazenar arquivos, incluindo documentos de

---

<sup>71</sup> Josephus, Flavius, *War of the Jews*, (London: Penguin Books 1970 [c. 75 CE]).

<sup>72</sup> Chaliand, Gérard and Blin, Arnaud, *The History of Terrorism: From Antiquity to al Qaeda* (University of California Press 2007), 58.

empréstimos, com o objetivo de obter o apoio de uma classe trabalhadora esmagada por dívidas.<sup>73</sup>

Os religiosos tinham uma voz ativa no governo da Judeia nessa época. Aqueles que foram mortos pelos zelotes estavam trabalhando como agentes governamentais. Além disso, os prédios e outros alvos atacados por eles eram, de acordo com as descrições, de propriedade do governo. Os ataques dos zelotes continuam sendo atos de combate de guerrilha.

É possível que os zelotes tenham praticado atos de força contra agentes não governamentais – como simples cidadãos romanos, religiosos inocentes, ou mesmo judeus em geral, por exemplo. Se isso acontecesse – e os zelotes tivessem a intenção ou o resultado de obrigar o governo à vontade deles – eles também seriam terroristas (assim como guerrilheiros). Mas não temos qualquer registro histórico para provar isso. Então, podemos apenas classificar os zelotes como guerrilheiros.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma corrente entre os estudiosos de Clausewitz que classifica o terrorismo como uma tática de guerra.<sup>74</sup> No entanto, como apresentado, a guerra para Clausewitz é “a continuação da política”, que é “representativa de todos os interesses da comunidade.” Portanto, se o terrorismo for promovido por agentes governamentais, ele será definido como um ato de guerra disfarçado de terrorismo. Semelhantemente, se o ato for promovido por agentes não governamentais contra agentes governamentais para forçar a submissão de um governo, será um ato de combate de guerrilha.

Alguns Clausewitzianos propõem a definição de terrorismo com base em seus meios e fins, mas no capítulo 2 do Livro I de Vom Kriege, Clausewitz apresenta “Finalidade e Meios na Guerra”<sup>75</sup>. A observação dos meios e fins é crucial porque eles são os mesmos do terrorismo. O objetivo,

---

<sup>73</sup> Chaliand and Blin, *The History of Terrorism*, 58.

<sup>74</sup> Gray, Colin, *Peace and International Relations* (Routledge 2007), 247: “O terrorismo é um modo de combate irregular, e pode ou não acompanhar o combate de guerrilha. É simplesmente uma tática, como é a luta de guerrilha. A irregularidade estratégica é prova de relativa fraqueza.”

<sup>75</sup> Clausewitz, *On War*, 90 [I, 2: 90]; cf. Vom Kriege, 214 [I, 2: 214]: “Zweck und Mittel im Kriege”.

de acordo com Clausewitz, não se limita a derrotar o oponente e desarmá-lo,<sup>76</sup> porque isso depende das circunstâncias:

Podemos ver agora que, na guerra, muitos caminhos levam ao sucesso, e que nem todos envolvem a derrota absoluta do oponente. Eles vão desde a destruição das forças inimigas, a conquista de seu território, a uma ocupação ou invasão temporária, a projetos com um objetivo político imediato e, finalmente, a aguardar passivamente os ataques do inimigo. Qualquer um desses pode ser usado para superar a vontade do inimigo: a escolha depende das circunstâncias.<sup>77</sup>

É evidente que dentro dos fins da guerra de projetar “um propósito político imediato,” para “superar a vontade do inimigo,” estão incluídos os fins do terrorismo.

Com respeito aos meios, Clausewitz é bem específico: *“vamos agora nos voltar para os meios. Há apenas um: combate.”*<sup>78</sup> Além disso, não há dúvida de que o meio pelo qual o terrorismo é praticado é uma forma de combate.

Portanto, tanto a guerra como o terrorismo têm os mesmos fins e um único meio: o combate. A guerra e o terrorismo são iguais e indistinguíveis, portanto, quanto a essas características. Em relação a outras características, no entanto, esses conflitos são diferentes e diferenciáveis entre si, de acordo com os critérios demonstrados neste estudo.

Isto exposto, todos os conflitos aqui apresentados têm a intenção ou o resultado de obrigar um governo. Os fenômenos que não têm esse objetivo ou efeito receberão, portanto, outras classificações, que não são o objeto deste estudo.

É claro que eventos de conflito podem se sobrepor. Um ato de força de agentes não governamentais contra agentes governamentais para

<sup>76</sup> Clausewitz, *On War*, 77 [I, 1: 77]; cf. *Vom Kriege*, 194 [I, 1: 194].

<sup>77</sup> Clausewitz, *On War*, 94 [I, 2: 94]; cf. *Vom Kriege*, 221-222 [I, 2: 221-222]: “Wir können noch eine ganze Klasse von Zwecken als kürzere Wege zum Ziele hinzufügen, die wir Argumente ad hominem nennen könnten. In welchem Gebiete menschlichen Verkehrs kämen diese, alle sächlichen Verhältnisse überspringenden Funken der persönlichen Beziehungen nicht vor, und im Kriege, wo die Persönlichkeit der Kämpfer, im Kabinett und Felde, eine so große Rolle spielt, können sie wohl am wenigsten fehlen. Wir begnügen uns, darauf hinzudeuten, weil es eine Pederanterie wäre, sie in Klassen bringen zu wollen. Mit diesen, kann man wohl sagen, wächst die Zahl der möglichen Wege zum Ziel bis ins Unendliche.”

<sup>78</sup> Clausewitz, *On War*, 95 [I, 2: 95]; cf. *Vom Kriege*, 222 [I, 2: 222]: “So ist es im allgemeinen mit dem Ziel beschaffen, welches man im Kriege zu verfolgen hat; wenden wir uns jetzt zu den Mitteln. Dieser Mittel gibt es nur ein einziges, es ist der Kampf.”

obrigar um governo (isto é, combate de guerrilha) pode ser seguido de um ato de supressão, por parte de agentes governamentais, contra as guerrilhas. O mesmo se aplica ao terrorismo ou até à própria guerra. Também pode haver sobreposição em outro sentido, guerra e terrorismo, ao mesmo tempo. Enquanto os terroristas não estiverem sob o comando do governo que pratica a guerra contra o outro governo, então os dois eventos poderão coocorrer.<sup>79</sup> Circunstâncias semelhantes são possíveis em relação aos outros tipos de atos de força descritos neste estudo, tanto com os conceitos completos quanto com os simplificados.

É óbvio que as convenções da linguagem afetam as denominações que podem ser dadas para determinados fenômenos. Um ato de força de agentes não governamentais contra agentes governamentais, para obrigar um governo à vontade daqueles que praticam esse ato, será um combate de guerrilha, mesmo se nomearmos o mesmo fenômeno como revolução ou qualquer outro nome. Os elementos são os mesmos e, por mais que queiramos diferenciar a denominação, será o mesmo fenômeno.

Quanto ao nível de gravidade de cada fenômeno, depende de julgamento analítico caso a caso, levando em consideração o tempo, o local, as circunstâncias históricas, sociais, culturais, e diversas outras.

Finalmente, na guerra, no terrorismo e no combate de guerrilha, podem ser encontrados subtipos. É possível que futuros estudos encontrem critérios amplamente aplicáveis que, sem levar em conta o julgamento individual e a subjetividade de cada caso, permitam analisar os subtipos existentes em cada categoria aqui descrita.

---

<sup>79</sup> Uma situação em que terroristas seriam na verdade agentes governamentais na época do ato.

# CRITERIA FOR DEFINING WAR, TERRORISM, AND GUERRILLA WARFARE BASED ON CLAUSEWITZ'S CONCEPTS OF THE NATURE AND ESSENCE OF WAR

## ABSTRACT

---

The definition of terrorism and its differentiation from war and guerrilla warfare has been a problem for science, international relations and legal systems for decades. This article posits that defining terrorism requires also the definition of other warlike phenomena, so as not to conflate the acts or events. Therefore, the proposed criteria for defining terrorism and guerrilla warfare are presented as a means to differentiate their definitions from that of war. The methodology is a review of the concepts of the nature and essence of war, as described in the Carl von Clausewitz book, *Vom Kriege* (in the standard German edition of Hahlweg and its widely accepted English translation by Howard and Paret). These concepts were cross-analyzed with recent scientific discoveries about the behavior of social animals, with a focus on humans. The resulting classification allows historical or contemporary events to be evaluated to determine what kind of conflicts they are.

**Keywords:** Definition of terrorism. Definition of guerrilla warfare. Definition of war. Carl von Clausewitz International law.

**REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, Sean and SLOAN, Stephen. 2009. *Historical Dictionary of Terrorism*. Scarecrow Press, 3<sup>rd</sup> ed.
- CHALIAND, Gérard and BLIN, Arnaud. 2007. *The History of Terrorism: From Antiquity to al Qaeda*. University of California Press.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1832) 1980. *Vom Kriege*. Ed. Werner Hahlweg (Hinterlassenes Werk des Generals Carl von Clausewitz. Vollständige Ausgabe im Urtext). Troisdorf: Dümmler, 19<sup>th</sup> ed.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1832) 1976. *On War*. Eds. Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press.
- DIAMOND, Jared. (1999) 2017. *Guns, Germs, and Steel*. New York: WW Norton.
- DINIZ, Eugênio and PROENÇA Jr., Domício. 2012. "A Criterion for Settling Inconsistencies in Clausewitz's On War". *Journal of Strategic Studies* 37:6-7 (879-902). DOI: 10.1080/01402390.2011.621725.
- GAT, Azar. 2008. *War in Human Civilization*. Oxford University Press.
- GRAY, Colin. 2003. "Clausewitz, History, and the Future Strategic World." *The Strategic and Combat Studies Institute (The Occasional, n. 47)*.
- GRAY, Colin. 2007. *Peace and International Relations*. Routledge.
- HOBBS, Thomas. (1651) 2014. *Leviathan*. London: Wordsworth Classics of World Literature.
- HOFFMAN, Bruce. 2006. *Inside Terrorism. Revised & Enlarged*. Columbia University Press.
- JOSEPHUS, Flavius. (c. 75 CE) 1970. *War of the Jews*. London: Penguin Books.
- KEEGAN, John. 1994. *A History of Warfare*. London: Hutchinson.
- LAQUEUR, Walter. 2004. *No End to War: Terrorism in the Twenty-first Century*. Continuum.

- LAQUEUR, Walter. 2016. *A History of Terrorism: Expanded Edition*. New Brunswick: Transaction.
- MARGARITI, Stella. 2017. *Defining International Terrorism: Between State Sovereignty and Cosmopolitanism*. The Hague: TMC Asser Press.
- MERRIAM-WEBSTER'S Collegiate Dictionary. 2018. Springfield: Merriam-Webster Incorporated 2003, 21st printing, 11<sup>th</sup> ed.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. (1748) 2015. *The Spirit of the Laws*. Palala Press.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1762) 2018. *The Social Contract & Discourses*. CreateSpace.
- SCHMID, Alex (ed). 2011. *The Routledge Handbook of Terrorism Research*. Routledge.
- SCHMID, Alex and Jongman, Albert. 2008. *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, & Literature*. Transaction Publishers, 3<sup>rd</sup> ed.
- SILKE, Andrew. 2004. *Research into Terrorism: Trends, Achievements and Failures*. Routledge.
- TOWNSHEND, Charles. 2003. *Terrorism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- WAAL, Frans De. (1982) 2007. *Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes*. Johns Hopkins University Press.



Recebido em: 23/09/2019

Aceito em: 15/01/2020